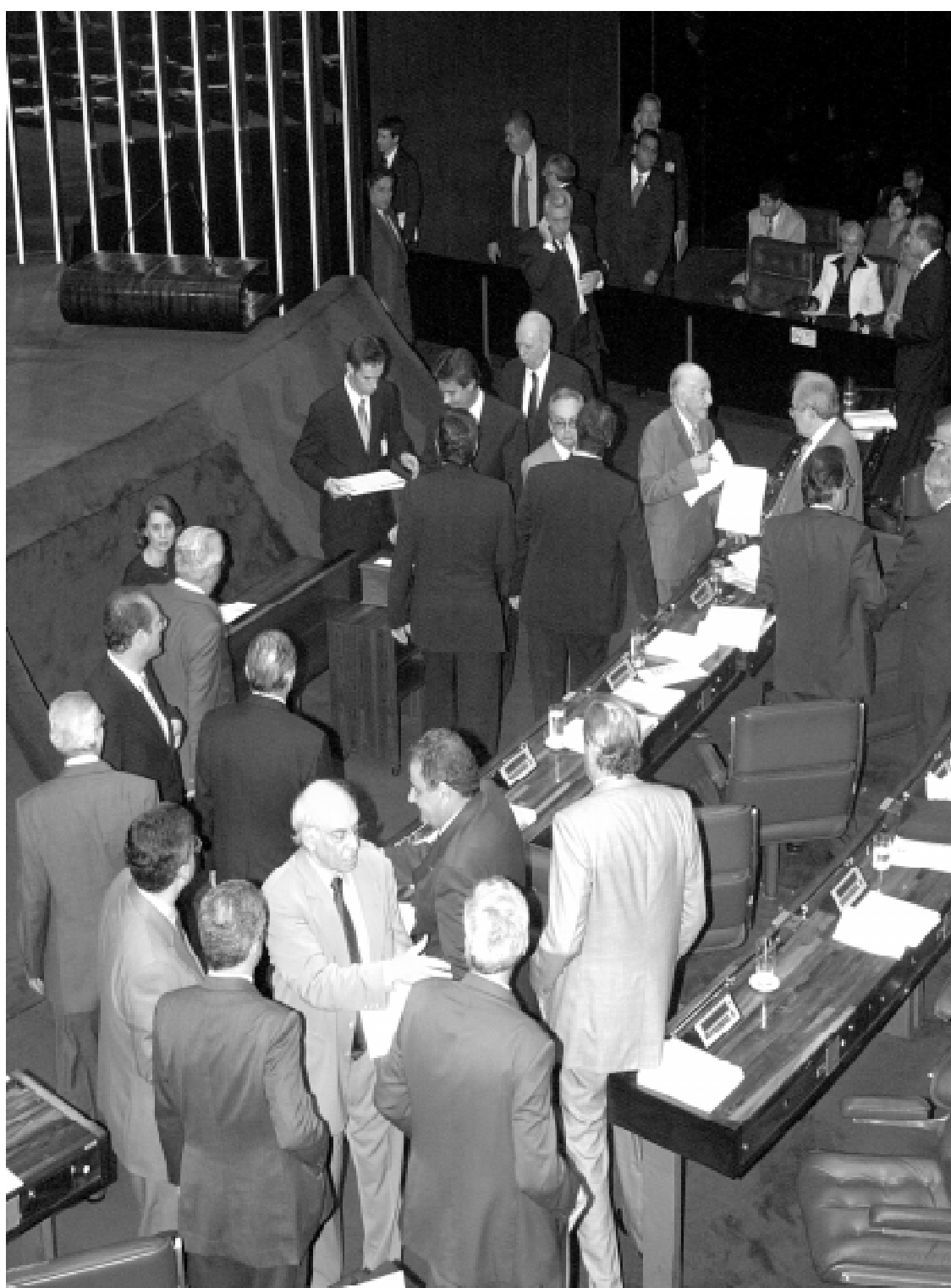


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.404 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2001



Os senadores deverão votar também proposta com exigências mais rígidas para os fabricantes de produtos dietéticos

Carentes devem ter exame de DNA gratuito

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, proposta está na pauta do Plenário, hoje

O Plenário do Senado deve votar hoje, na sessão marcada para as 14h30, projeto de lei que torna gratuito, às pessoas carentes, o exame de código genético (DNA) requisitado por autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade. Outra proposta

que está na pauta é a que obriga os fabricantes a indicarem nas embalagens a quantidade de edulcorantes (substâncias adoçantes) utilizada nos produtos dietéticos e o valor de ingestão diária máxima recomendada.

PÁGINA 3

Emilia propõe debate sobre capital externo na TV a cabo

PÁGINA 4

Separação consensual pode dispensar a Justiça

A separação, o divórcio e a partilha de bens, quando feitos consensualmente, poderão ficar dispensados de homologação judicial, conforme proposta de Lúcio Alcântara.

PÁGINA 4

Comissão discute déficit de 12,7 milhões de moradias

O déficit de 12,7 milhões de moradias, apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é um dos temas da audiência pública a ser realizada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai. Ele deve discutir a atual política de habitação do governo.

PÁGINA 2



A definição de uma clientela social, que poderia ser atendida por sistema específico, é uma das propostas de técnicos do setor

Comissão discute com presidente da Caixa a política habitacional

A audiência na CAE, com Emílio Carazzai, está marcada para as 10h. Estudos do Ipea apontam um déficit habitacional de 12,7 milhões de moradias no país

CPI ouve hoje a ONG Pesquisa em Vida Selvagem

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias envolvendo organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se hoje, às 17h30, para ouvir o depoimento de Clóvis Borges, representante da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação, e também para votar requerimentos.

A CPI é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem como vice-presidente o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). É relatora da comissão a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Em análise, indicações de embaixadores

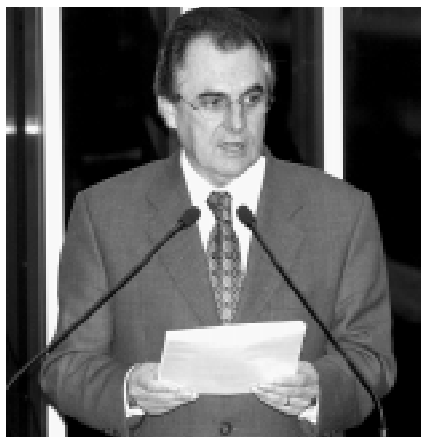
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, a indicação do nome de Alcides Gastão Rostand Prates para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã. O relator da matéria é o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), analisa a indicação de Cristiano Whitaker para o cargo de embaixador do Brasil na República da Namíbia. A indicação é relatada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

As indicações serão votadas em reunião secreta. Após a deliberação da comissão, os nomes dos diplomatas serão submetidos ao Plenário do Senado.

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Emílio Carazzai, deve comparecer hoje a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 10h, para debater a política habitacional. Estudos publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apontam um déficit habitacional no país de 12,7 milhões de moradias, com base em pesquisas realizadas há quatro anos. A audiência foi proposta pelos senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE.

Segundo os economistas José Romeu de Vasconcelos e José Oswaldo Cândido Júnior, ambos do Ministério do Planejamento, o governo teria de investir de US\$ 2,6 bilhões a US\$ 3,06 bilhões por



Arlindo Porto é um dos autores do requerimento para realização do debate

ano, bancando subsídios em torno de 70% para habitações de 36 a 50 metros quadrados, para acabar com o déficit habitacional em dez anos. Eles afirmam que o governo poderia acatar propostas da Associação Brasileira das Entida-

des de Crédito Imobiliário (Abecip), que defende a divisão em dois segmentos: a clientela social, que seria atendida por um Sistema de Habitação Social (SHS), e a de mercado, a ser atendida pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Segundo os economistas, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) teve seu apogeu no início da década de 70, quando chegou a financiar um total de 400 mil unidades habitacionais a cada ano. Em meados da década de 90, foram financiadas apenas 20 mil habitações por ano.

Também hoje, a partir das 17h, a CAE realiza audiência para discutir projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que prevê a concessão de incentivos fiscais à área de Livre Comércio de Macapá.

Impactos de hidrelétrica são debatidos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 14h, audiência pública, solicitada pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES), sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos com a implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés, que deve ser construída no município de Baixo Guandu (ES).

Foram convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo; o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Hamilton Nobre Casara; o presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), Djalma Bastos Moraes; o prefeito do Baixo Guandu, José Francisco de Barros; e o presidente da Câmara Municipal de

Baixo Guandu, José de Barros Neto. Hartung pretende que sejam esclarecidas quais as consequências da implantação da hidrelétrica, principalmente para a economia e o meio ambiente do município e do estado.

Antes da audiência pública, a comissão deve votar dois projetos de lei que estão na pauta para decisão em caráter terminativo. O primeiro, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), propõe que edifícios adotem a energia solar como fonte de aquecimento de água. O objetivo da proposta, segundo Ademir, é reduzir a quantidade de chuveiros elétricos no país, responsáveis por 9% do consumo nacional de energia elétrica. O relator da matéria, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), recomenda a aprovação, por credi-



Paulo Hartung quer saber as consequências da implantação da Hidrelétrica de Aimorés

tar que o projeto tem grande importância para o país, pois estimula a adoção de formas mais eficientes de uso da energia.

— A substituição dos chuveiros elétricos, um modelo perdulário de energia, deve constituir prioridade nacional — afirma o senador Ademir Andrade.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente
12h — Recebe Ion Floroiu, embaixador da Romênia
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h — Recebe os deputados Narcio Rodrigues, Danilo de Castro, Marcio Reinaldo e Romeu Anísio.

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC que estabelece a gratuidade do exame de DNA; entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, sobre a política de financiamento da casa própria.
17h — audiência pública com representantes do Executivo para instruir o PLS nº 414/99. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h30 — Comissão de Educação
Pauta: Requerimento solicitando audiência pública para instrução do PLS que autoriza a participação estrangeira no capital de TVs a cabo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Requerimento solicitando audiência pública sobre os impactos da implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios apresentados. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: exposição do vice-presidente da Cemig, Guy Maria Villela Paschoal, e do superintendente de Gestão Potencial Hidráulico da Aneel, Amilton Geraldo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagens que submetem à apreciação do Senado o nome de Cristiano Whitaker para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Namíbia e o de Alcides Gastão Rostand Prates para exercer o cargo de embaixador no Vietnã. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h30 — CPI das ONGs
Pauta: discussão e votação de requerimentos e depoimento do representante da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação, Clóvis Borges. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

ESPECIAL

14h às 17h — Conferência sobre diabetes e doenças cardiovasculares. Auditório Petrônio Portella do Senado Federal

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota gratuidade de DNA para carentes

Relator da matéria, Sebastião Rocha destaca que medida contribui para economia processual e é “melhor forma de pacificação das lides”. Se aprovado, projeto oriundo da Câmara será enviado à sanção presidencial

Carlos Bezerra apóia novo critério para transplante

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a proposta, apresentada em reunião do Conselho Federal de Medicina com representantes do Ministério da Saúde e da sociedade civil, que modifica os critérios para indicação de transplantes de fígado. De acordo com a proposta, explicou, o fator cronológico, que determina a destinação de fígados para transplantes, será substituído pelo critério de gravidade, ou seja, pacientes mais graves terão prioridade máxima na indicação de transplantes.

Carlos Bezerra salientou que o critério cronológico é utilizado somente nos casos de transplantes de fígado, observando que,

para transplantes de coração, pulmão e rins, prevalecem critérios “mais sensatos”. Na avaliação do senador, o critério cronológico é uma forma corrosiva e corrupta de organizar transplantes hepáticos.

— A obediência ao princípio de gravidade é dogma sagrado na arte da medicina — disse.

O senador solicitou ao governo o lançamento de programa nacional que esclareça a população de risco, especialmente dependentes de drogas e usuários de seringas e agulhas não descartáveis, sobre os perigos da hepatite C. Ele pediu também a ampliação dos programas de vacinação contra a hepatite A e B.

O Plenário deve votar hoje o projeto de lei que torna gratuito para as pessoas carentes o exame de código genético requisitado por autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade. Uma vez aprovado, o projeto complementará legislação vigente desde 1992, que regula a investigação por meio do exame de DNA mas não prevê a possibilidade de exame gratuito.

Já acolhida pela Câmara, a proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), lembra que os exames de DNA atingem grau de certeza próximo de 100%, nos casos de investigação de paternidade, e que



Para Sebastião Rocha, análise do DNA atinge grau de certeza próximo de 100%

a isenção prevista no texto “representará economia processual e melhor forma de pacificação das lides”.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a acumulação de dois cargos públicos por profissionais da área de saúde. A acumulação remunera-

da só é possível, atualmente, para dois cargos privativos de médico, dois cargos de professor e um cargo de professor e outro técnico ou científico. Entre os profissionais a serem beneficiados, estão enfermeiros, psicólogos e odontólogos.

O senador Osmar Dias (PDT-PR), que ofereceu parecer favorável à proposta na CCJ, sustenta que a implantação dessa mudança é viável do ponto de vista da carga horária cumprida pelas categorias profissionais beneficiadas, uma vez que 62% delas cumprem jornada de trabalho parcial, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Conquanto haja consenso no sentido de que seria ideal o vínculo único, com dedicação exclusiva, essa não parece ser uma meta alcançável a curto ou médio prazo”, afirma o relator.

Mauro destaca ampliação de laboratório de Anápolis

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou a inauguração, na próxima sexta-feira, da expansão do laboratório Teuto-Brasileiro, no Distrito Agroindustrial de Anápolis (GO). São 105m2 de área construída, gerando 1.600 empregos diretos, o que faz dele o maior complexo farmacêutico da América Latina, relatou.

De acordo com Mauro Miranda, o Teuto-Brasileiro apostou nos medicamentos genéricos, para ele um novo fator de saúde e bem-estar para milhões de brasileiros que não podem suportar os altos preços dos chamados remédios de marca. O laboratório produz 300 remédios sem marca, em 500 apresentações diferentes, entre antibióticos, antiinflamatórios, anti-hipertensivos, antitêrmicos e fitoterápicos, vendidos em 40 mil farmácias em todo o país.

O senador destacou dois fatores fundamentais para o êxito do empreendimento: os benefícios fiscais e de infra-estrutura — concedidos pelo Programa Fomentar, do governo goiano — e a integração da empresa com a população do município.

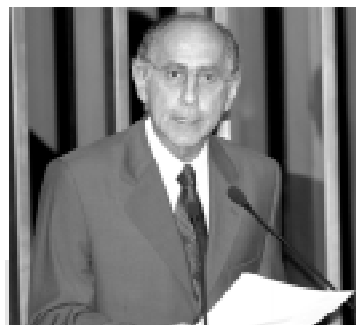
Mauro Miranda afirmou que a expansão do laboratório contou com financiamento do Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mobilizou 2.100 operários e 247 engenheiros.

Ele disse que, até o final do próximo ano, o complexo farmacêutico de Anápolis triplicará sua produção, saltando de 10 milhões para 30 milhões de unidades/mês.

— Essa expansão impulsionará a conquista do mercado externo, uma vez que já foram formalizados os primeiros contratos de exportação para países da América Latina — informou.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou que o Teuto-Brasileiro precisou combater as multinacionais que ainda dominam o setor farmacêutico no Brasil.



Mauro: com a obra, Teuto-Brasileiro torna-se o maior complexo farmacêutico da América Latina

Mais segurança para consumidor de dietéticos

Outra proposta a ser analisada pelos senadores na sessão de hoje é a que obriga os fabricantes de produtos dietéticos a indicar, na embalagem, a quantidade utilizada de edulcorantes — substâncias adoçantes — e o valor de ingestão diária máxima recomendada. O projeto recebeu na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) parecer favorável da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), para quem o texto tem o mérito de “assegurar o direito do consumidor de conhecer a composição dos produtos que adquire”.

Serão analisados em Plenário dois requerimentos do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) so-

licitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria nas obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis, e na construção do trecho da rodovia BR-282 entre a capital catarinense e a fronteira com a Argentina.

Constam ainda da pauta projeto de resolução da senadora Marina Silva (PT-AC), destinado a criar o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania, e ainda seis projetos de decreto legislativo que ratificam acordos internacionais — entre os quais o de cooperação técnica sobre procedimentos fitossanitários com a República Tcheca e o de isenção de vistos em passaportes comuns, firmado com o Pa-



Maria do Carmo Alves ofereceu parecer favorável ao projeto sobre quantidade de adoçantes

namá. Também serão examinados seis pedidos de concessões para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Diabetes e doenças cardiovasculares são debatidos no Petrônio Portella

O gabinete do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com o apoio do Senado e de instituições ligadas à área da saúde, promove hoje, entre 14h e 17h, no Auditório Petrônio Portella, conferência sobre diabetes e doenças cardiovasculares.

O objetivo do debate é alertar a população sobre os riscos do diabetes e das complicações cardiovasculares decorrentes dele.

Segundo a organização do evento, estatísticas mostram que 80% da população diabética corre o risco de morrer devido a problemas cardiovasculares, como ataques cardíacos e derrames cerebrais.

Estarão participando do debate Carlos Alberto Machado, médico e coordenador nacional do Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Di-

abetes, e Jane Dullius, coordenadora do projeto Diabetes, Atividades Físicas e Qualidade de Vida.

A coordenadora do Programa de Diabetes no Distrito Federal, Maria Estela de Oliveira Dias, explicará de que forma os diabéticos podem se beneficiar do programa local, e a presidente da Associação de Diabéticos de Brasília, Maria Irene Monteiro Magalhães, falará sobre o papel da associação.

Educação examina capital estrangeiro na TV a cabo

Comissão vota requerimento que propõe realização de audiência pública para discutir projeto que abre prestadoras de serviços

A Comissão de Educação (CE) vota hoje requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) para que seja realizada audiência pública destinada a discutir o projeto do senador licenciado Ney Suassuna (PMDB-PB) que autoriza a participação estrangeira no capital de prestadora de serviço de TV a cabo. Segundo a senadora, esse projeto "não pode ser dissociado da questão maior das telecomunicações e da radiodifusão".

— O Congresso Nacional está em pleno processo de discussão sobre a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão e a emenda constitucional que permite ao capital estrangeiro a participação no capital social de empresas jornalísticas de radiodifusão — lembra Emilia em seu requerimento.

A senadora entende que, por



Emilia: debate poderá esclarecer implicações da entrada de empresas estrangeiras

meio do debate, o Senado poderá informar-se sobre as implicações da entrada de empresas estrangeiras na radiodifusão a cabo e a inserção do projeto de Suassuna "no universo maior da nova Lei de Radiodifusão". O autor do projeto defende sua iniciativa com o argumento de que é preciso uniformizar o tratamento legal dos serviços de telecomunicações para garantir condições de capitalização e competitividade.

Os expositores sugeridos por Emilia são os seguintes: José

Augusto Moreira, presidente da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA); Paulo Machado de Carvalho Neto, presidente da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão (Abert); Luiz Eduardo Borgetti, consultor da vice-presidência do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); Murilo César Ramos, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB); Marcos Dantas, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; e Paulo Vilhena Toledo, presidente da Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação.

Na mesma reunião, a CE examina projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que inclui a disciplina Direito da Cidadania no currículo do ensino médio e projeto do então senador Luiz Estevão que determina que 5% do preço de bilheteria de filme estrangeiro seja destinado a financiar o cinema nacional. A comissão analisa ainda concessões de radiodifusão.

Mozarildo elogia trabalho de órgãos de comunicação social do Senado

A página da Agência Senado na Internet tem registrado, mensalmente, a visita de aproximadamente 50 mil pessoas. Em agosto último, de acordo com informações contidas em relatório da Secretaria de Comunicação Social do Senado, foram divulgadas pela Internet 900 notas em tempo real e cerca de 900 matérias. Esses números foram registrados em discurso pelo quarto-secretário da Mesa, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que elogiou o trabalho da Agência Senado, bem como o da TV Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*.

Segundo afirmou o senador, as matérias elaboradas pela Agência Senado, além de serem encaminhadas para publicação no *Jornal do Senado*, são enviadas para centenas de jornais do interior do país cujo acesso à Internet ainda é precário. O *Jornal do Senado* conta, atualmente, disse Mozaril-



Mozarildo Cavalcanti: "Secretaria investiu em programação mais rica e dinâmica"

do, com uma tiragem diária de quase 60 mil exemplares. Desde abril, a média mensal de novos assinantes supera a casa dos 600, incluindo-se nesse universo prefeituras, câmaras municipais, assembleias legislativas e tribunais de todo o país, além de bibliotecas, três mil entidades de classe e cinco mil órgãos de comunicação.

A TV Senado também já pode

ser acessada por maior parcela da população, segundo Mozarildo. Além de ser vista nas TVs por assinatura, a programação da emissora pode ser acompanhada por meio de antena parabólica em todo o país e pelo canal 51, em UHF, no Distrito Federal. A transmissão pelo sistema UHF deverá ser estendida a todo o país. Para Mozarildo, a Secretaria de Comunicação Social "investiu na produção de uma programação mais rica e dinâmica, tanto para a rádio como para a televisão, além de promover ampla cobertura e distribuição de notícias pela Agência e pelo *Jornal do Senado*".

Desde março deste ano, informou o senador, a Rádio Senado adquiriu o direito de transmitir a programação também em ondas curtas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Conseguiu também a realocação de quatro antenas para várias cidades do país.



Projeto de Alcântara simplifica o divórcio

Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidir, em caráter terminativo, sobre projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispensa de homologação judicial a separação, o divórcio e a partilha de bens, quando consensuais. A medida, segundo o autor, tem a finalidade de diminuir a interferência do Estado na vida da pessoa e reduzir a sobrecarga do Judiciário.

— O cidadão deve ser liberado da tutela estatal e procurar o meio mais prático e rápido de consolidar o negócio jurídico ou alterar a situação, nos casos de separação e divórcio, compra e venda de imóvel ou mero partilhamento de bens em que as partes são civilmente capazes e dispensam a intervenção do Estado — justifica.

Pela proposta, que tem como relator o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), a partilha de bens, a separação e o divórcio consensuais poderão ser feitos por meio de escritura pública. No

caso de separação e divórcio, o documento registrado em cartório precisa conter cláusulas que detalhem as decisões tomadas acerca de partilha de bens do casal, da guarda e visita aos filhos, pensão alimentícia e alteração de nomes, no caso da mulher.

Para Alcântara a proposta tem condições de promover resultados efetivos, fazendo com que o Judiciário só seja acionado quando as partes se considerarem lesadas.

— É necessário que se faculte, em lei, a utilização das escrituras públicas para a realização de procedimentos que dispensam a homologação judicial, em face da absoluta ausência de conflito, e porque a decisão sobre separação, divórcio, partilha de bens ou venda de imóveis reflete a vontade de pessoas que podem falar por si.

A medida, segundo Alcântara, também reconhece o amadurecimento da sociedade, em consonância com outras providências, como a criação de juizados especiais.

Carlos Bezerra propõe mais rapidez para "habeas corpus"

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) segundo o qual será oral a manifestação do Ministério Público nos processos de *habeas corpus*, originários ou em grau de recurso, nos tribunais federais ou estaduais. O objetivo da proposta é dar maior rapidez ao julgamento desse instrumento legal. O relator da matéria é o senador Sérgio Machado (PMDB-CE).

Carlos Bezerra afirma que o *habeas corpus* é um relevante, rápido e eficaz instrumento para coibir ilegalidade e abuso de poder e para proteger a liberdade individual. Entretanto, acrescen-

ta o senador, decreto-lei de 1969 exige a concessão de vista ao Ministério Público dos processos de *habeas corpus* que tramitam nos tribunais, o que prejudica a agilidade e a rapidez desse processo.

— Tal decreto nasceu no apogeu da ditadura militar, com o objetivo de controlar o andamento dos processos de *habeas-corpus*, dificultando a restituição da liberdade aos inimigos do regime. Mas esse período já passou, é preciso que o Ministério Público se ajuste ao seu papel institucional e democrático, intervindo apenas oralmente nos processos de *habeas-corpus*, pois a oralidade é um dos princípios que devem reger os processos que exigem máxima celeridade.

Dutra propõe acordo para dívida rural de R\$ 52 bilhões

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá examinar, em caráter terminativo, nos próximos dias, projeto de lei de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que visa oferecer solução definitiva ao problema da dívida agrícola de R\$ 52 bilhões, objeto de intensas nego-



José Eduardo Dutra: milhares de agricultores não têm como pagar dívidas

ciações entre as lideranças do setor, o Congresso Nacional e o Executivo. Segundo as lideranças do setor, milhares de agricultores não têm mais condições de honrar seus compromissos junto aos bancos oficiais, em razão das mudanças feitas na correção dos débitos, por ocasião dos últimos planos econômicos (Collor I e II, Verão e Bresser).

O projeto de lei apresentado por José Eduardo Dutra propõe um sistema simples de correção das dívidas contraídas pelos agricultores no período compreendido entre 14 de março de 1990 até 31 de dezembro de 1999 e que não sejam superiores a R\$ 200 mil.

Pelo que prevê a proposta, seriam excluídos do atual saldo devedor desses contratos a parcela decorrente do desequilíbrio de índices utilizados pelos últimos

Governo atende reivindicações dos produtores, afirma Iris

As principais reivindicações do setor rural foram atendidas pelo governo federal, que prorrogou por mais 15 anos o prazo para o pagamento das dívidas securitizadas, retirando a correção pela equivalência-produto. A notícia foi dada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) que ressaltou como item importante do novo acordo a fixação de um desconto de, no mínimo, 35% sobre o saldo devedor em caso de liquidação antecipada da dívida e a manutenção dos incentivos para o pagamento em dia das prestações.

Segundo o senador, o acordo sobre o endividamento rural evidenciou o senso de responsabilidade dos representantes da agricultura brasileira. A comissão mista formada pelas lideranças ruralistas e por parlamentares entendeu as dificuldades do país e os

planos econômicos; o montante de recursos debitados a maior, relativos à capitalização mensal de juros em desacordo com o previsto na lei de crédito rural, de 1967 (que garantia subsídios à agricultura); e os lançamentos feitos a título de multa, juros de mora, honorários advocacia-

tícios e taxa ou comissão de permanência.

O projeto prevê também que os eventuais saldos credores liquidados junto às instituições financeiras, a partir do recálculo previsto, serão corrigidos monetariamente e ressarcidos aos seus titulares, os agricultores, em prazos de até um ano, para assentados em projetos de reforma agrária; até um ano e seis meses, para mini e pequenos produtores, agricultores familiares e cooperativas de pequenos produtores; e em até cinco anos para os demais.

Feito o recálculo e havendo ainda débito a ser quitado pelo agricultor junto ao sistema financeiro agrícola seria fixado prazo de cinco anos para quitação desse débito, acrescido de dois anos de carência.

limites do governo para atender a pauta de reivindicações. Iris adiantou que a renegociação será capaz de dar novo fôlego à produção agrícola no Brasil, preparando o terreno para novos records e permitindo ultrapassar, no ano que vem, a produção deste ano, de 100 milhões de toneladas de grãos.

Iris frisou que o produtor rural conseguiu modernizar sua atividade nos últimos tempos e hoje o agronegócio representa 30% do PIB brasileiro, empregando até 24% da população economicamente ativa. Lembrou que enquanto a produção de grãos aumentava, a renda obtida nas lavouras permanecia estagnada. Entre 2000 e 2001, por exemplo, houve um incremento de apenas 0,41% na renda agrícola, enquanto as dívidas securitizadas cresciam no mínimo 3%.

Amir Lando cobra solução para lavradores de Rondônia

Depois de ocupar terras por 20 anos, 200 agricultores recebem ordem do Incra para sair da área, diz senador

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apelou ao presidente do Incra para que resolva o problema de 200 agricultores de um seringal de Porto Franco (RO) que ocupam as terras há quase 20 anos por orientação do próprio Incra. Agora, o instituto quer que eles saiam da área, pois se chegou à conclusão de que a terra pertencia a particulares, e não à União. Os agricultores estão ocupando a delegacia do Incra em Porto Velho à espera de solução.

— Um decreto nos anos 80 declarou a área de interesse social e ela foi ocupada pelas 200 famílias. Passado tanto tempo, eles se sentem iludidos, pois, ao invés de receberem a titulação definitiva, serão obrigados a sair das terras — disse. Atitudes como esta do Incra, na



Amir Lando: disputa fundiária tem provocado muitas mortes de agricultores

opinião do senador, têm levado aos conflitos de terra. Ele informou que a disputa fundiária tem provocado constantemente a morte de agricultores, mas, “como nada sai na imprensa nacional, é como se não tivesse ocorrido”. Disse que recentemente houve vários mortos no município de

Jacilândia, mas os brasileiros não tomaram conhecimento porque o fato “não virou notícia”.

Amir Lando apontou como outra atitude do governo que leva mais insegurança ao campo a recente medida provisória que muda o Código Florestal. Por décadas, os assentados dos projetos de colonização tiveram de desmatar pelo menos metade dos lotes para receber a titulação definitiva das terras. Agora, no entanto, o governo decidiu proibir por medida provisória o desmate de mais de 20% de suas áreas.

Em aparte, Moreira Mendes (PFL-RO) sustentou que o problema do Incra “é a falta de dinheiro”. Além disso, o instituto “é entorpecido” pelas decisões da Funai e do Ministério do Meio Ambiente, este, a seu ver, responsável pela medida provisória que mudou o percentual máximo de desmate na Amazônia.

Luiz Pontes sugere creche em assentamento da reforma agrária

Projeto apresentado pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) estabelece que todo programa de reforma agrária do governo federal incluirá a construção de creches para os filhos dos assentados de até seis anos de idade. A proposta já começou a ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde receberá parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A matéria será examinada em caráter terminativo, devendo seguir direto para a Câmara caso seja aprovada e não haja recurso para que seja votada no Plenário.

Luiz Pontes argumenta que a instalação das creches permitirá às mães trabalharem, evitando que fiquem em casa somente cuidando dos filhos. “Nestes assentamentos, o trabalho da mulher é importante para garantir o sustento da família”, observa o senador. A creche só será instalada se a prefeitura garantir recursos para pagamento de funcionários e compra de material.

O projeto estabelece duas condições para implantação das creches: que os assentados criem uma associação comunitária e que todas as crianças de sete a 14 anos estejam freqüentando escolas do ensino do fundamental, como determina a legislação.



Luiz Pontes: todo projeto deve beneficiar crianças de até seis anos de idade

Projeto que cria distrito agropecuário no Amapá vai a votação na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que autoriza a criação do Distrito Agropecuário do Amapá, destinado a ser um pólo de desenvolvimento do setor e a gerar emprego e renda. O relator da matéria é o senador Gerson Camata (PMDB-ES). Caso seja aprovado na CCJ e não haja recurso para seu exame no Plenário, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O distrito agropecuário, de acordo com Sebastião Rocha, deverá gerar emprego e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos, da preservação do meio ambiente e da promoção da pesquisa, da mineração e do turismo ecológico.

Pelo projeto, compete ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Zona Franca de Manaus (Suframa), determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do distrito.

— É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Ocidental, e a implantação de um distrito agropecuário no Amapá contribuirá para o desenvolvimento do setor. Hoje, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária capaz de assegurar o progresso econômico, sem prejuízo dos aspectos sociais e da preservação ambiental — disse Rocha.

Alcântara destaca estímulo a ciência e tecnologia

Senador aponta esforços do governo federal para fomentar o desenvolvimento do setor e registra a importância da criação dos fundos setoriais, que permitiram aumentar os investimentos nos últimos dois anos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou os esforços do governo federal no sentido de implantar uma política estratégica para fomentar o setor de ciência e tecnologia. Ele ressaltou que o estímulo ao setor é crucial para o desenvolvimento do país e observou que hoje o Brasil está em uma posição intermediária no contexto mundial, ao lado da China, da Coreia do Sul e da Índia.

O governo, disse Alcântara, vem trabalhando para aumentar a qualificação dos brasileiros nessa área, fortalecendo a infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento, composta de universidades, centros tecnológicos, redes de pesquisa, laboratórios e bibliotecas. Ele elogiou a criação, em 1999,



Alcântara considera o incentivo ao setor de ciência e tecnologia crucial para o desenvolvimento do país

dos fundos setoriais, que permitiram ao governo investir cerca de R\$ 2 bilhões em tecnologia em 2001, contra R\$ 900 milhões em 99.

Os fundos resultam de transferência de parte dos lucros de empresas para o governo, a fim de se-

rem investidos em fomento à pesquisa. As contribuições incidem sobre faturamento com exploração de recursos naturais da União, parcelas de royalties pela transferência de tecnologia e pagamento de assistência técnica.

Entre os setores bem posicionados na pesquisa brasileira, Alcântara citou biotecnologia, tecnologias de informação, sequenciamento de genes, indústria aeronáutica, exploração de petróleo em águas profundas, agricultura tropical, vacinas, soros e telecomunicações. O senador destacou ainda o grande número de doutores formados no país, que passou de mil por ano, em 93, para 6 mil este ano, o mesmo da Itália e do Canadá.

Para Jucá, Fundação Zerbini é um exemplo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Fundação Zerbini – Instituto do Coração (Incor), considerando-o um exemplo de como se deve proceder para expandir a promoção da saúde e das atividades assistenciais com limitação de gastos, mas sem queda da qualidade dos serviços. O parlamentar disse que os programas Casa da Aids e Qualis-Zerbini e o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (Grea), todos da fundação, têm forte impacto social.

O Casa da Aids, afirmou o senador, é um exemplo de sucesso no combate à doença; conta com equipe própria, altamente especializada, e, no ano passado, acompanhou mais de 3,5 mil pacientes soropositivos, atendeu 620 novos pacientes e realizou 28 mil consultas e 143 mil exames laboratoriais.



Jucá salienta integração dos sistemas público e privado, com benefícios para toda a comunidade

Quando ao projeto Qualis-Zerbini, Jucá informou que cerca de 950 profissionais, entre médicos, enfermeiras, psicólogos, dentistas, agentes comunitários de saúde e pessoal de apoio, prestam assistência a 65 mil famílias em regiões carentes de São Paulo, em 14 unidades básicas, dois

ambulatórios de especialidades e na Casa de Parto.

O senador comentou ainda a atuação do Grea, que desenvolve trabalhos de pesquisa, ensino, assistência e prevenção do consumo de álcool, tabaco e outras drogas. No ano de 2000, registrou, o Grea atendeu 7.236 pacientes.

Depois de observar que “os serviços de saúde de que dispõe a população brasileira são extremamente onerosos, se particulares, e frequentemente deficientes, se públicos”, Jucá voltou a elogiar a Fundação Zerbini, cuja equipe, em sua avaliação, tem rara competência e elevado comprometimento com o interesse social. Para ele, a instituição “se propôs a provar que a integração dos sistemas público e privado, com a participação do meio acadêmico, pode gerar amplos benefícios para toda a comunidade”.

Mauro registra aniversário de município goiano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) parabenizou o prefeito e os cidadãos de São Miguel do Araguaia pelo 48º aniversário da cidade, comemorado no último dia 14. São Miguel do Araguaia fica no extremo noroeste de Goiás, junto à divisa com Mato Grosso e o Tocantins. Para o senador, o PMDB de Goiás, pelos anos em que esteve à frente da administração do município e do estado, também

merece ser parabenizado pela data. Mauro Miranda destacou que a criação de gado é a principal atividade econômica da região, rica em pastagens naturais e com água em abundância, fornecida pelos rios Crixás e Pintado. A agricultura tem especial destaque, com a produção de arroz.

O senador acrescentou que as administrações do PMDB têm promovido iniciativas de grande alcan-

ce econômico e social, como o projeto do arroz irrigado no distrito de Luís Alves, em parceria com o Provárzea, do governo federal. O distrito, afirmou Mauro Miranda, também tem enorme potencial para exploração do turismo. A grande atração é a pesca no Araguaia. Luís Alves fica próximo da Ilha do Bananal, famosa entre os adeptos da atividade como local favorável à pesca.

Carlos Bezerra cumprimenta professoras por prêmio nacional

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cumprimentou as professoras Maria Auxiliadora de Oliveira e Isabel Cristina Ribeiro, que receberam o prêmio Qualidade na Educação Infantil 2001, instituído pelo Ministério da Educação. *Estou Aqui* é o título do trabalho das docentes, que envolve ações pedagógicas de respeito à individualidade e ao outro, de estímulo ao desenvolvimento da auto-estima e de incentivo à socialização.

O trabalho apresentado pelas docentes de Cuiabá, informou o senador, foi escolhido entre as 27 melhores experiências brasileiras na área de educação infantil. O ponto de partida do projeto foi a utilização do próprio tema gerador escolhido pela comunidade escolar – Eu Tenho Valor – para ser o eixo norteador de todas as atividades da escola ao longo do ano 2000. A partir daí, disse ele, as professoras “mergulharam fundo na história de vida de seus pequenos alunos”, na faixa etária de quatro a seis anos.

– São atitudes dessa natureza, assumidas por jovens professoras



Carlos Bezerra: projeto de professoras de Cuiabá renova esperanças de uma educação de qualidade

da rede pública, que nos permitem sonhar com melhores dias para a educação brasileira – afirmou.

Carlos Bezerra observou ainda que o projeto implementado pelas professoras, em sua aparente simplicidade, atingiu o que qualquer sistema educacional bem organizado tem por aspiração máxima: melhorar a auto-estima dos alunos. O trabalho, em sua avaliação, “dá novo fôlego à esperança de ver o Brasil inteiro dotado de uma educação de qualidade, que a ninguém exclua”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Saúde/Unip – Todo o poder às mulheres
6h30 – Cidadania – O sen. Artur da Távola e a prof. Isabel Magalhães falam sobre a linguagem do poder
7h30 – Entrevista – O sen. Carlos Wilson fala sobre o racionamento de energia no Nordeste
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 – Saúde/Unip – Todo o poder às mulheres
9h – *As Cores do Mundo* – Nº 1 – O longo caminho para Santiago/Um museu sobre trens/Um novo mapa do patrimônio cultural da Tunísia/Chega o novo, fora com o velho – Euro
9h55 – Entrada ao vivo – Reportagem
10h – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública: Emilio Humberto Carrazzi Sobrinho, presidente da CEF, fala sobre “Política de Financiamento da Casa Própria” e modificações nos limites de financiamento do SFH (ao vivo)
Logo após – Comissão de Educação – Reunião com 23 itens em pauta, com a renovação de concessões de rádio e TV
14h15 – Entrada ao vivo – Reportagem
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública: representantes dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de Relações Exteriores e do Planejamento, Orçamento e Gestão (ao vivo)

21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado

21h30 – Comissão de Infra-Estrutura – Três itens em pauta. Entre eles, requerimento para audiência pública para discutir impacto ambiental para instalação da hidrelétrica de Aimerés (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviço
7h30 – *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música, informação e serviço
9h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da Tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música, informação e serviço
20h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite
23h – Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Maguito defende fim da imunidade parlamentar para crimes comuns

Senador saúda decisão da Câmara dos Deputados e adianta que seu voto será no sentido de “acabar com essa imoralidade que só serve para manchar a imagem da classe política”

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou ontem a decisão da Câmara dos Deputados, que aprovou o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns. A proposta de emenda constitucional nesse sentido, oriunda do Senado, foi modificada pelos deputados e, portanto, será novamente analisada pelos senadores, mas Maguito previu que não haverá dificuldades para a sua aprovação em definitivo.

— Caberá a nós completar a tarefa de pôr fim a essa imoralidade e contribuir para a melhoria do nível e da ética na política. Meu voto e o meu trabalho serão pela aprovação, para que possamos acabar com essa imoralidade que só serve para manchar a imagem da classe política — afirmou.

O texto aprovado pela Câmara acaba com o instituto da licença



Maguito expôs sua posição favorável aos trabalhos da CPI que investiga irregularidades no futebol

te para as opiniões manifestadas pelos parlamentares.

— Neste caso, ela é fundamental, porque preserva a liberdade e a independência dos congressistas de falar ou agir como mandam as suas consciências — disse o senador.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) também anunciou sua posição favorável à proposta, dizendo que “o Congresso Nacional não pode ser escondido para delinquentes”.

Maguito elogiou a postura do presidente da Câmara, Aécio Neves, “que soube negociar com os

das Casas do Congresso para que parlamentares possam ser processados no caso da prática de crimes comuns. A imunidade persis-

derijo para delinquentes”.

Maguito elogiou a postura do presidente da Câmara, Aécio Neves, “que soube negociar com os

Moreira Mendes acusa ex-governador de manipular obra federal em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou a atuação do ex-governador de Rondônia Valdir Raupp nas obras de recuperação de trecho da BR-429, cuja licitação foi recentemente realizada pelo DNER. Moreira Mendes fez um alerta à população para que fiscalize o processo, sob risco de que as obras não sejam novamente executadas, a exemplo do que teria acontecido durante a gestão de Valdir Raupp, quando, segundo afirmou, os recursos foram desviados.

Moreira Mendes visitou as obras da rodovia no fim de semana e dis-

se ter constatado que mais uma vez Raupp conseguiu manipular o processo licitatório no Ministério dos Transportes e no DNER para que a empresa vencedora — a Rondoterra Construções e Terraplenagem — fosse obrigada a subempreitar a obra para outras seis empresas, todas ligadas a ele.

O senador comunicou ainda que irá solicitar ao Ibama que impeça o uso de madeira de castanheira, ameaçada de extinção e protegida por lei, na construção de pontes ao longo da BR-429.

Moreira Mendes também anun-

ciou a realização, pelo PFL de Rondônia, de uma reunião, no próximo dia 25, em Ouro Preto do Oeste, com o objetivo de discutir a educação no estado. O senador relatou sua viagem ao longo da BR-429, entre as cidades de Presidente Médici e Costa Marques, a fim de divulgar o encontro. Ele disse ter aproveitado a viagem para conhecer melhor a região, especialmente o projeto de construção de um hotel ecológico em Costa Marques, no Vale do Guaporé, onde 15 mil búfalos, levados para criação e abandonados, ameaçam a fauna e a flora nativas.



Moreira Mendes quer evitar uso de madeira de castanheira na construção de pontes na BR-429

— A idéia é que no hotel ecológico haja pesca esportiva e caça dos búfalos, até a diminuição e extermínio desses animais — afirmou o senador, para quem essa pode ser uma nova matriz econômica para o vale, garantindo o desenvolvimento sustentável da região.

Maldaner propõe homenagem a ex-prefeito

Projeto de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) denominando Prefeito Lebon Duvoisin no viaduto situado no quilômetro 6 da rodovia BR-101 será examinado pela Comissão de Constitui-



Maldaner quer homenagear político catarinense

ção, Justiça e Cidadania (CCJ). O viaduto está situado no acesso ao município de Guaruva, em Santa Catarina. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) é o relator da matéria, que será analisada em caráter terminativo — o que significa que, se aprovada, seguirá para a Câmara, exceto se houver recurso para votação em Plenário.

Maldaner explicou que o objetivo do projeto é manter presente na memória da população catarinense o nome do prefeito Lebon Duvoisin, “importante figura histórica guaruvense”. Ele informou que Duvoisin, que nasceu em 1917 e morreu em 2000, foi vereador e, por duas vezes, prefeito da cidade. “A homenagem corresponde aos anseios da classe política de Guaruva”, salientou.

Aeroporto de Boa Vista poderá ter nome de pioneiro

O Aeroporto Internacional de Boa Vista (RR) poderá ser denominado Aeroporto Internacional Atlas Brasil Cantanhede. Projeto com esse objetivo, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), será examinado pela Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja submetido ao Plenário do Senado.

O senador informou que o piloto e agrônomo Atlas Brasil Cantanhede, falecido em 1973, foi pioneiro, nos anos 50 e 60, na prestação de serviços de aviação quando Roraima ainda era território federal. Segundo Mozarildo, coube a Cantanhede, como a outros pioneiros da aviação, circular as riquezas regionais e atender doentes e acidentados.

— Esse pioneiro abriu caminho para que outros empreendedores ali se instalassem, ampliando o apoio prestado a algumas localidades, de forma missionária, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) — observou Mozarildo.

Segundo o senador, o projeto tem por objetivo homenagear o trabalho de um autêntico desbravador que ajudou na construção do hoje estado de Roraima.

União libera recursos para o Tocantins, informa Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou a assinatura de quatro convênios entre o Ministério dos Transportes e o governo do Tocantins, redundando na liberação de R\$ 88 milhões para serem aplicados em infra-estrutura, especificamente na pavimentação e recuperação de rodovias.

Eduardo Siqueira Campos explicou que, por determinação constitucional, ao ser criado, o es-



Eduardo Siqueira Campos anuncia que o Tocantins começa a receber dívida constitucional

tado do Tocantins teria o direito de receber uma soma de recursos equivalente ao destinado a Mato Grosso do Sul, quando este foi criado. Ele comentou que foram necessários 13 anos para que os recursos comessem a ser liberados. Depois de um acordo entre o governo estadual e o federal definindo o valor total a ser liberado, decidiu-se que o Tocantins deverá receber quatro parcelas de R\$ 100 milhões e uma última de R\$ 98 mi-

lhões, no total de R\$ 498 milhões.

— O governo do estado do Tocantins, que até agora tem arcado com recursos próprios ou de financiamento para sua instalação, construção da infra-estrutura básica e manutenção de seus serviços, tem certeza de que as demais parcelas serão liberadas, permitindo recuperar-se um pouco os longos anos de espera para que fosse saldada essa dívida constitucional — disse.

Pobreza acirra conflitos, alerta Iris Rezende

O crescimento do terrorismo deve ser visto como resposta irracional à injustiça social, disse o senador, que cobrou uma “coalizão mundial coerente e generosa” contra a miséria. A solidariedade nunca foi tão desejada como agora, afirmou

Ao observar que a fome e a pobreza acirram os ânimos e podem provocar conflitos indesejáveis, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que o recrudescimento do terror deve também ser visto como resposta irracional a um cenário de injustiças ainda vivo num mundo dividido entre “países ricos e nações que amargam extrema miséria”.

Em discurso ontem, o senador disse que “somente uma coalizão mundial coerente e generosa” poderá pôr fim à pobreza e com isso “diminuir o terrorismo, que coloca tantas vidas inocentes em risco”. Segundo afirmou, a solidariedade e a generosidade internacionais “nunca foram tão desejadas como agora”.

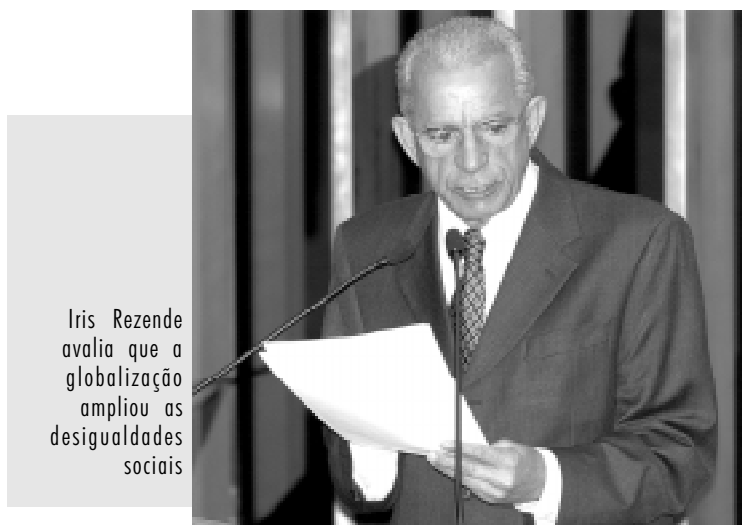
Na história da humanidade, disse Iris Rezende, uma das principais responsáveis pelas guerras civis foi a miséria. Ele pediu ações

internacionais capazes de diminuir a pobreza e reduzir as desigualdades.

— Um mutirão de países desenvolvidos para minimizar os dolorosos problemas dos carentes, dos sem-teto e dos excluídos — disse.

Para o senador, a paz mundial não será alcançada enquanto não se promover a justiça social. E para se chegar à convivência harmoniosa entre as nações, disse, “é fundamental um novo pacto mundial, baseado em gestos concretos de solidariedade”.

Iris considera que, com a globalização, ampliaram-se as desigualdades sociais, inserindo-se o Brasil nesse “contexto de graves injustiças”. Em sua avaliação, a Organização Mundial do Comércio (OMC) “cuida atentamente do interesse das nações ricas”, sem se preocupar com ações que



Iris Rezende avalia que a globalização ampliou as desigualdades sociais

reduzam a pobreza.

Em apartes, os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Lauro Campos (PDT-DF) e Heloísa Helena (PT-AL) se solidarizaram com a preocupação de Iris Rezende, dizendo que a redução da miséria é tema constante em sua

atuação parlamentar. Referindo-se ao Proer (Programa de Recuperação do Sistema Financeiro), eles criticaram o governo federal por priorizar a destinação de recursos para bancos, ao invés de aumentar os investimentos na área social.

Lauro: aumento da dívida é desastroso para o país

O senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que o aumento da dívida externa brasileira está levando o país “a um verdadeiro desastre”. Ele lembrou que, nas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tem alertado os demais membros do colegiado sobre o perigo de autorizar o governo federal a contrair empréstimos para a realização de obras e pagamento de juros de dívidas passadas.

— Se a gente ri na hora do endividamento fácil, vamos chorar quando chegar o momento de repetir o que a Argentina está fazendo agora: declarar a moratória porque não teremos como pagar. Como dizia Fernando Henrique Cardoso quando senador, “não vamos dizer que não pagamos a dívida externa, mas que, não tendo recursos, não pagaremos a dívida”.

Na avaliação do senador, o Brasil já ultrapassou o momento de solucionar o problema da dívida externa. Ele entende que, como o governo não impôs um limite para se endividar, é tarde para o país evitar as conseqüências do endividamento.



Para Lauro Campos, o Brasil “vai chorar” por não ter como pagar a dívida externa

— Importamos de tudo, a preços subsidiados pelo câmbio determinado pelo próprio governo. Subsidiados as importações para arrasar nossos postos de emprego e a nossa indústria.

A equipe econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, no entendimento de Lauro Campos, errou ao manter o real artificialmente valorizado diante do dólar. Ele disse que a decisão facilitou a importação de mercadorias supérfluas, a saída de divisas com o turismo de brasileiros no exterior e o encarecimento do produto nacional, dificultando as exportações.

Heloísa cobra do governo combate ao narcotráfico

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou dos governos brasileiro e norte-americano “um real combate ao narcotráfico”. Segundo disse, “as ações apregoadas pelos dois governos são uma mentira”. Afirmou ainda que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) teve papel determinante para o crescimento do tráfico de ópio e heroína na Ásia Central, especialmente no Afeganistão, onde financiou o plantio da papoula e o treinamento de grupos terroristas.

Heloísa citou o ex-diretor da CIA Charles Cooper, para quem o combate ao narcotráfico foi prejudicado na luta contra os russos. De acordo com a parlamentar, há informações suficientes para um efetivo combate ao narcotráfico, mas não há interesse. Disse ela que não é o angolano com pacotes de cocaína no estômago nem o favelado que faz o pequeno tráfico nas grandes cidades quem lucra com a atividade ilegal. Os gran-

des beneficiários, afirmou, são aqueles que têm navios e aviões para transportar toneladas de pasta básica e solventes.

— Narcotráfico é lavagem de dinheiro. São US\$ 500 bilhões que estão sendo lavados pelas elites econômica e política — disse.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que os Estados Unidos utilizaram todos os meios — inclusive o narcotráfico — para combater os russos no Afeganistão.

No mesmo pronunciamento, Heloísa Helena agradeceu ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a camisa do jogador alagoano Aluísio, que atua no time francês Paris Saint Germain.

Ela revelou que o jogador é oriundo do município de Atalaia, localizado na Zona da Mata em Alagoas, onde era cortador de cana-de-açúcar. Maguito informou que Aluísio, hoje artilheiro do campeonato francês de futebol, mantém uma creche em sua cidade natal.



Heloísa: ações apregoadas pelos governos brasileiro e dos EUA são mentirosas

Jucá destaca a realização da Amazontech 2001

A realização da “Amazontech 2001 — Novos Rumos para a Ciência e Tecnologia e Negócios Sustentáveis” foi registrada ontem em Plenário pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). A feira, que será realizada em Boa Vista (RR) a partir de amanhã, até o dia 25, foi chamada pelo parlamentar como “o maior evento de integração regional da Amazônia”.

O senador informou que a iniciativa visa integrar todos os estados da Amazônia Legal e os países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica, tendo como ideal o desenvolvimento sustentável. Acrescentou que a Amazontech também busca alternativas econômicas para melhorar a situação social da região, abrindo novos mercados e perspectivas tecnológicas para o agronegócio.

Jucá informou que a Amazontech terá uma feira sobre tecnologia para o agronegócio, energia, comunicação, educação e informática. Está prevista também rodada de negócios internacional, com a presença de caravanas empresariais, e a apresentação de propostas de universidades, de organizações não-governamentais (ONGs) e de instituições de pesquisa. Haverá ainda cursos, shows e palestras.

O parlamentar convidou todos que têm interesse no desenvolvimento sustentável a comparecer ao evento. A Amazontech 2001 está sendo promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal de Roraima.

No mesmo pronunciamento, o senador registrou sua satisfação com a portaria do Ministério da Justiça que submete os jogos eletrônicos a uma classificação por faixa etária. O senador, que tem projeto semelhante tramitando na Câmara, parabenizou o novo ministro, Aloysio Nunes Ferreira, pela iniciativa.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Mauro Miranda, Amir Lando, Maguito Vilela e Moreira Mendes